



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 13

TERÇA-FEIRA, 01 DE FEVEREIRO DE 1994

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

(*) RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1994

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

(*) Será publicada em suplemento à presente edição.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 222ª SESSÃO, EM 31 DE JANEIRO DE 1994

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República — Nº 53, de 1994 (nº 71/94, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Comunicação

— Do Senador Esperidião Amin, referente a sua ausência do País no período de 22 a 31 do corrente mês.

1.2.3 — Requerimento

Nº 51, de 1994, de autoria do Senador Alfredo Campos, solicitando que sejam consideradas, como licença, suas ausências às sessões dos dias 3, 6, 7, 10, 14, 17, 21, 24, 28 e 31 de janeiro do corrente ano. **Votação adiada** por falta de quorum.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº 584/94, do Banco Central, de 28 do corrente, encaminhando a complementação

dos documentos necessários à instrução do Ofício nº S/45, de 1993.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Gravidade das consequências do processo inflacionário brasileiro. Transcrição das matérias "Santillo cobra medidas contra preços abusivos dos remédios", publicada no jornal *Correio Braziliense*, "Santillo quer punir indústria farmacêutica", do jornal *A Tarde*, edições de 26 de janeiro, e "Itamar quer tabelar preço das indústrias", publicada na *Folha de S. Paulo*, de 27 de janeiro.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Repúdio à venda do Lloyd Brasileiro e transcrição de artigo neste sentido do jornalista Barbosa Lima Sobrinho sobre a luta pela navegação de cabotagem brasileira, intitulado "Navegação de cabotagem", publicado no *Jornal do Brasil*, de ontem.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Regozijo pelo resultado anual, referente a 1993, do Banco do Nordeste

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

ILIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

do Brasil — BNB. Transcrição do editorial "Show de competência", do jornal *O Povo*, da última sexta-feira.

1.2.6 — Requerimentos

— Nº 52, de 1994, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o período de 27 a 29 de janeiro do corrente ano. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Nº 53, de 1994, de autoria do Senador Onofre Qui- nan, solicitando que sejam considerados, como licença au- torizada, os dias 3 a 10 e 13 a 31 de janeiro do corrente ano. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras provi- dências. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, letra e do Regimento Interno.

— Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1993 (nº 1.733/91, na Casa de origem), que fixa a jornada de traba- lho dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupa- cional. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, letra e do Regimento Interno.

— Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pes- soal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, letra e do Regimento Interno.

— Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, que dispõe sobre número de candidatos pelo sistema propor- cional nas eleições de 1994. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, letra e do Regimento Interno.

— Projeto de Resolução nº 162, de 1993, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ibaíti (PR) a contratar operação de crédito no valor total de dezesseis milhões e seiscentos mil cruzeiros reais, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — Banestado. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno.

— Projeto de Resolução nº 163, de 1993, que autoriza a Prefeitura de Nova Aurora (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., no valor de vinte e nove milhões de cruzeiros reais a preços de agosto/93, para realização de obras de infra-estrutura urbana, através do Programa Estadual de Desenvolvi- mento Urbano — PEDU. **Discussão encerrada**, ficando a vo- tação adiada nos termos do art. 375, VIII, do Regime Interno.

1.3.1 — Discursos do expediente (Continuação)

SENADOR JOSÉ EDUARDO VIEIRA — Ba- de suas atividades no Ministério da Indústria, do Come- e do Turismo.

SENADOR JOÃO FRANÇA — Congresso revi- deveria adequar a questão amazônica, no que se refi- à exploração mineral, à defesa do meio-ambiente e à c- marcação das terras indígenas, à realidade nacional.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima se- são**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — ATO DO PRESIDENTE**

Nº 47, de 1994

3 — ATA DE COMISSÃO**4 — MESA DIRETORA****5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANEN-****TES**

Ata da 22ª Sessão, em 31 de janeiro de 1994

10ª Sessão Legislativa, Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo _ Alexandre Costa _ Beni Veras _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Eduardo Suplicy _ Eptácio Cafeteira _ João França _ José Eduardo Vieira _ José Paulo Bisol _ Lourival Baptista _ Magno Bacelar _ Mauro Benevides _ Odacir Soares _ Pedro Teixeira

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 53, de 1994 (nº 71/94, na origem), de 28 do corrente, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural — ITR — e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que me ausentarei do País no período de 22 a 31 do corrente mês, quando estarei em viagem à Inglaterra, a convite daquele Governo.

Sala das Sessões, 21 de janeiro de 1994. — Senador **Esperidião Amin**.

REQUERIMENTO Nº 51, DE 1994

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam consideradas como licença, minhas ausências às sessões dos dias 3, 6, 7, 10, 14, 17, 21, 24, 28 e 31 de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 1994. — Senador **Alfredo Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 584/94, de 28 do corrente, encaminhando a complementação dos documentos necessários à instrução do Ofício nº S/45, de 1993.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos para ser anexado ao processado da matéria em referência.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre os problemas conjunturais do nosso País, o que mais tem desafiado a inteligência, o bom-senso e a criatividade dos dirigentes brasileiros — e até somos considerados um povo bastante criativo — é essa resistência perversa, perniciosa e incompreensível da nossa inflação, corroendo os salários, aumentando a miséria, enquanto estimula a especulação em busca de enriquecimento na ociosidade da ciranda financeira, inviabiliza o planejamento governamental e a estimativa de custos em projetos, provoca a evasão de capitais e inibe os investimentos estrangeiros.

Ainda estamos em meados de janeiro — eu deveria ter pronunciado este discurso no dia 25, Sr. Presidente — e já se comenta um índice inflacionário em torno de 40%. Em função disso, a prática de juros reais, pela rede bancária, em até mais de 20%, significa juros nominais de mais de 60%. Quem vai querer investir ou recorrer a financiamentos produtivos com juros tão absurdos?

O pior de tudo, Sr. Presidente, é que, assim como o País tem uma dívida externa e outra interna, grande parte das empresas, principalmente as pequenas e uma parte considerável da classe média, que representam a maioria do empresariado brasileiro, são deficitárias, têm dívidas e são obrigadas a pagar juros escorchantes para rolar os seus débitos, a fim de não comprometer o patrimônio.

A inflação brasileira, a mais alta das Américas, talvez a mais elevada do mundo, enquanto beneficia alguns privilegiados, principalmente os que têm grandes somas de capital investidos na ciranda financeira, é extremamente perversa e desumana com a maior parte da população que vive dos seus salários ou de pequenas economias e sustenta preços astronômicos, que resultam de remarcação sistemática a pretexto de qualquer motivo, como o aumento do salário mínimo, a reposição das perdas salariais dos servidores públicos, o ajuste das tarifas públicas, a iminência de planos econômicos, etc. Tudo neste País é pretexto para a especulação nos preços.

Há poucos dias fiquei verdadeiramente surpreso com a alteração do preço de um certo remédio que venho tomando e que me custava, no princípio do ano passado, noventa e

quatro cruzeiros reais; meses depois, seu preço era de duzentos e cinquenta e oito cruzeiros reais; logo após, passou para oitocentos e cinquenta e um cruzeiros reais, e, na semana passada, custava mil e trinta e sete cruzeiros reais!

Sr. Presidente, esse vício tem de ter um fim, caso contrário iremos naufragar. Se não houver investimentos maciços no trabalho, na produção, não se criam empregos, não há geração de renda nem riqueza, a arrecadação declina, os serviços públicos reduzem o seu atendimento em quantidade e qualidade e, enquanto isso, a população continua crescendo e as necessidades sociais aumentando em progressão geométrica, multiplicando as insatisfações, a pobreza e o espectro da fome.

O Sr. Eptácio Cafeteira — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com imenso prazer, eminente Senador Eptácio Cafeteira.

O Sr. Eptácio Cafeteira — Nobre Senador Lourival Baptista, V. Ex^a tocou, há pouco, num ponto muito importante. A impressão que se tem é que o Governo não nota a autofagia a que submeteu o povo brasileiro. No ano passado apresentei emenda constitucional que isentava de imposto os alimentos da cesta básica. Isso é muito importante que se examine: o povo está passando fome. O Governo criou uma comissão de combate à fome, para pedir doações, mas força a fome na medida em que cobra impostos escorchantes sobre alimentos da cesta básica. Essa emenda obteve 77 assinaturas na sua apresentação — apenas quatro senadores não assinaram — mas, na votação, não conseguiu esses votos. Alguns disseram que seu Estado necessitava cobrar imposto sobre alimentos, como se para assegurar a manutenção do Estado fosse preciso matar o povo. A mesma coisa está ocorrendo no ramo dos medicamentos. O povo vai morrer porque não tem dinheiro para comprar remédios. O Governo tem um sistema de saúde que, pretensamente, seria para não deixar o povo morrer, mas cobra imposto tão alto que o povo termina morrendo, porque não pode comprar remédio. Ao promover a reforma fiscal, o Governo deveria encontrar meios de taxar, em percentuais elevados, aquilo que é supérfluo. Todos sabemos que uma faixa da população continua consumindo supérfluos, só que o imposto sobre esses produtos não atinge tanto o bolso do rico como atinge o bolso do pobre quando se trata de imposto sobre remédios e alimentos. Nobre Senador Lourival Baptista, V. Ex^a trata de assunto da maior seriedade. A reforma fiscal precisa ser feita, mas, para que se possa cobrar imposto de quem possa pagá-lo. V. Ex^a viu nossa luta na semana passada, que infelizmente não foi totalmente vitoriosa, porque a pessoa física foi agredida com o aumento do seu Imposto de Renda, de 25% para 26,6%. O Governo fica muito tranquilo: quando precisa de mais dinheiro, aumenta 1 ou 2% no imposto e tira do povo. Desgraçadamente, a luta que tivemos para bloquear a aprovação desses impostos chegou depois, só se refletiu na matéria seguinte. Na hora em que o Governo requereu determinada ordem para as medidas provisórias, insisti com o Líder do Governo, Senador Pedro Simon, que deixasse passar primeiro as medidas provisórias que aumentavam o imposto dos empresários, aqueles que têm mais condições de pagar, e deixasse a pessoa física por último. Não foi bem sucedido. Votaram logo o imposto para a pessoa física e, apesar de toda a nossa luta, terminamos por ver aquela medida aprovada. Na hora de taxar a pessoa jurídica, já não havia número suficiente. Fizemos questão de fazer a verificação de votação, porque não tem sentido, bateu os fantasmas — cheques-fantasmas, depositantes-fan-

tasmas — se aprovar projetos em sessão quase que espírita, porque havia mais fantasmas do que pessoas presentes. Nobre Senador Lourival Baptista, precisamos convencer-nos, e também o Governo, de que há muita coisa para ser taxada e muita em que o imposto deve ser abrandado. Uma reportagem divulgada na semana passada mostrava que sobre os remédios incidem, no mínimo, quinze impostos, que vêm em cascata, além do IPMF, que entrou em vigor este ano. Toda essa parafernália de impostos fará com que o povo brasileiro, se não morrer de fome, morra doente, porque não pode comprar remédio. Quero aproveitar o discurso de V. Ex^a para deixar isto bem claro: sou contra esses aumentos de impostos, da maneira como ocorrem, mesmo quando se trata de pessoa jurídica, pois, como sabemos, pessoa jurídica não paga imposto; apenas o transfere para o consumidor do produto final. É preciso que haja humanização dos impostos — sim, humanização dos impostos! — que olhemos para nós mesmos, olhemos para a sociedade, para separar quem pode pagar de quem não pode. Em vez de cobrar o imposto sobre o feijão, podemos cobrá-lo sobre a lagosta, sobre o caviar. É isso que não está acontecendo. Não se procura saber qual o alimento usado somente nos festejos e se cobra o imposto utilizando-se a mesma taxa cobrada sobre o alimento consumido pelos mais carentes, que, para comer, precisam entrar numa fila para receber uma cesta de alimentos. Não é possível tornar o povo não digo carente, mas até miserável, para que deva favor a quem lhe dá uma cesta básica de alimentos. Congratulo-me com V. Ex^a e peço-lhe perdão por ter falado tanto neste aparte, mas é que, quando V. Ex^a fala, sempre nos toca, porque V. Ex^a é um homem do povo, que vive os problemas do povo, que sofre com o povo e que usa sempre da tribuna em defesa do povo não só de Sergipe, que V. Ex^a, com tanto brilho, representa, mas de todo o povo brasileiro.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Eptácio Cafeteira, pelo seu aparte, que muito enriquece o meu pronunciamento.

Eu o ouvi com muita atenção; não foi longo. V. Ex^a mostrou a crise que estamos atravessando, o que o povo está passando, porque ninguém mais pode comprar remédio.

Os medicamentos que comprei por setenta e tantos mil já estão mais caros. Hoje fui a uma farmácia a procura de um outro medicamento que custava mil e poucos cruzeiros e soube que já está custando 3 mil cruzeiros; quer dizer, nós não sabemos aonde vamos chegar e o que vai acontecer. O povo, eminente Senador Eptácio Cafeteira, tem sido muito paciente ao agüentar essa subida de preços. Como é que se vai tratar? Como um pobre vai tratar-se? Se nós, que somos da classe média, vivemos assim, imagine a classe baixa o que não passa!

Eu deveria ter feito este discurso no último dia 25, mas, devido às sessões do Congresso, só hoje pude externar o que vi, o que percebi, o que chegou a mim. Isto dói em nosso bolso: os preços aumentam toda semana.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a permite-me um aparte, Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Pois não, eminente Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Lourival Baptista, se V. Ex^a pretendia proferir o seu discurso no dia 25, acredito que, ao proferi-lo hoje, V. Ex^a o faz com a mais absoluta atualização, porque esses dados a que V. Ex^a alude

estão sendo acrescidos agora em razão desse surto inflacionário incontrolável que tem desafiado o Governo, exigindo medidas na área econômica, e persiste o índice inflacionário de forma realmente implacável, diante da classe média e, sobretudo, diante dos menos favorecidos. V. Ex^a elegeu, no seu discurso, apenas um item, exatamente o referente a medicamentos, em relação ao qual V. Ex^a se mostrou mais pensível — médico renomado que é, identificou-se com o problema relacionado à indústria farmacêutica. Mas, se V. Ex^a debruçar-se sobre os outros índices utilizados para a aferição do processo inflacionário, descobrirá que outros segmentos também têm colaborado perversamente para o incremento da inflação em nosso País. Portanto, V. Ex^a profere o seu discurso com absoluta atualização; e aquilo que iria dizer na sessão do Senado do dia 25, pode fazê-lo hoje, com absoluta autoridade, porque se reflete no seu discurso aquilo que estamos sentindo na própria pele.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Mauro Benevides, que muito enriquece este pronunciamento que fazemos na tarde de hoje. Na verdade, V. Ex^a falou e disse. O que está?? havendo é especulação. Não há respeito, não há nada. O que se quer é ganhar dinheiro à custa do povo: povo que sofre, que precisa de medicamentos, de alimentos, de assistência.

Eminentes Senadores Mauro Benevides e Epitácio Cafeteira, fico muito grato a V. Ex^a pelos apartes, que muito enriqueceram o meu pronunciamento.

Prossigo o meu discurso. Neste mês de janeiro, quem viaja de férias, quem vai às livrarias e ao comércio providenciar o material escolar dos filhos, e quem precisar prover uma receita nas farmácias irá se escandalizar com as alterações de preços entre dezembro de 1993 e janeiro de 1994. Estamos perdendo a noção de valor, e isso, lamentavelmente, é uma vergonha.

Essa campanha louvável e bem-sucedida contra a fome, com a distribuição de milhares de toneladas de alimentos, que tanto tem sensibilizado as pessoas com algum poder aquisitivo, tocando o coração generoso e cristão da nossa gente — até para o bem do Brasil — não pode ser eterna. Ela deve ser — Deus permita — uma ação benéfica e emergencial, porque, quando se interromper, a fome recomeça.

O País precisa, urgentemente, é de empregos, de produção, de trabalho, e, para isso, é preciso investimentos; e investimentos com inflação de 40% e juros estratosféricos são incompatíveis.

A inflação entre nós, assim como a sonegação de impostos, não são apenas estruturais: a inflação é viciosa.

A inteligência brasileira, que inventou o avião, que construiu Itaipu, que progrediu tanto no ramo das telecomunicações e da informática, que produz e exporta carros, cérebros e até aeronaves, que já desenvolveu uma das mais avançadas tecnologias do mundo na exploração de petróleo em águas profundas, e que já avançou tanto no ramo da construção civil de alta sofisticação, não conseguiu ainda pôr em execução, por muito tempo, uma medida eficaz contra esse fenômeno das economias, que, no Brasil, mais do que uma ocorrência estrutural, é um vício perverso e desumano, arraigado no raciocínio das pessoas como uma tônica da cultura da inflação e da especulação.

A minha esperança, Sr. Presidente, é que o novo Plano Econômico, recentemente anunciado, venha pôr fim a esse desastre da nossa economia, que é a inflação, a grande responsável, pela concentração da renda nacional na mão de uns

poucos, e a distribuição da miséria no seio da maioria da nossa população, gerando o quadro social que aí está a desafiar a inteligência dos governantes e a consciência nacional.

Sr. Presidente, eu estava inscrito para fazer um pronunciamento na última terça-feira, 25 de janeiro, mas foi cancelada à sessão do Senado, devido à sessão do Congresso.

Para satisfação minha, no dia 26, li a seguinte nota no **Correio Braziliense**: "Santillo cobra medidas contra preços abusivos dos remédios". Na mesma data, outra matéria foi publicada no jornal **A Tarde**, de Salvador-BA "Santillo quer punir indústria farmacêutica"; e, no dia 27 de janeiro, a **Folha de S. Paulo** publicou: "Itamar quer tabelar preço das indústrias".

Solicito que essas notas a que me referi sejam incorporadas ao meu pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Correio Braziliense

Brasília, quarta-feira, 26 de janeiro de 1994

SANTILLO COBRA MEDIDAS CONTRA PREÇOS ABUSIVOS DOS REMÉDIOS

Preocupado com o aumento abusivo dos preços dos medicamentos, o ministro da Saúde, Henrique Santillo, solicitou ontem ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, providências contra o setor farmacêutico. "Solicito que analise a possibilidade de adoção de medidas que coibam os abusos do setor farmacêutico, através de mecanismos que protejam os consumidores dos custos exagerados que vêm sendo aplicados aos medicamentos, em nome da política de liberdade de preços", pediu Santillo, em carta enviada ao ministro.

Levantamento da Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico *Abafarma* mostra que a evolução médica dos preços dos medicamentos entre janeiro de 1993 e janeiro deste ano foi 40% acima da variação do dólar no mesmo período. Há casos extremos como o do antibiótico Benzetacil, que entre 15 de março do ano passado até dezembro último, aumentou 150% em dólar. "É um aumento injustificável", afirmou Santillo. Já o antimicótico Nizoral variou, no mesmo período, cem por cento acima do dólar.

Desde que assumiu o Governo, o presidente Itamar Franco vem atacando duramente o comportamento da indústria farmacêutica, que tem aumentado os preços dos remédios acima da inflação. Numa tentativa de disciplinar o setor, em fevereiro de 1993, o presidente baixou decreto determinando o uso destacado das denominações genéricas dos medicamentos em todas as embalagens com o objetivo de reduzir o preço dos remédios.

A Tarde

Quarta-feira 26-1-1994

SANTILLO QUER PUNIR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Brasília (AE) O ministro da Saúde, Henrique Santillo, enviou ontem um ofício ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, solicitando a adoção de providências para acabar com abuso praticado pela indústria farmacêutica, que vem promovendo reajustes de preços acima da inflação. Como exemplo, Santillo afirma que o medicamento Benzetacil (injetável) antibiótico de alto espectro utilizado inclusive no trata-

mento de doenças venéreas teve seu preço, em dólar, aumentado em 150%, entre março e dezembro do ano passado.

O pedido de Santillo ainda não foi analisado pela assessoria do Ministério da Fazenda, o que deve acontecer essa semana. Mas, como se trata de comprovado aumento abusivo, os laboratórios devem ser enquadrados com base na Lei nº 8.137, de dezembro de 1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

Detenção

Nos próximos 30 dias, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça deve oferecer à Procuradoria-Geral da República as primeiras 50 denúncias contra empresas que adotaram este procedimento. A lei prevê detenção de dois a cinco anos, além de multa.

O pedido de ajuda ao Ministério da Fazenda é o primeiro desdobramento da fracassada reunião que o ministro Henrique Santillo promoveu, na semana passada, com representantes da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) com o propósito de tentar um acordo que possibilitasse regularizar o mercado de medicamentos.

No encontro, Santillo propôs que o Decreto nº 793, em vigor desde outubro último, após sucessivos adiamentos, seria reformulado. Os laboratórios poderiam imprimir o princípio ativo do medicamento e o seu nome comercial com os mesmos caracteres. Pela legislação em vigor, o nome genérico teria de ser estampado com letras três vezes maiores que o comercial, para permitir que o consumidor pudesse optar pelo melhor preço, pois existem muitos remédios com nomes diferentes e recomendados para o mesmo caso clínico.

Acima da Inflação

A Abifarma não aceitou, alegando prejuízo com a marca, que é considerada o principal patrimônio do fabricante. E nem quis discutir a proposta do governo de produzir uma cesta de 250 medicamentos a preços mais baratos, capaz de cobrir praticamente todas as doenças e que seria destinado às populações de baixa renda. Contrapropôs rerepresentando um plano que visaria atingir não só os mais pobres, como também todos os 32 milhões de associados dos planos de seguro-saúde, que já havia sido descartado pelo governo, por considerá-lo de difícil fiscalização.

Mas o que mais irritou o ministro foi a decisão da Abifarma em continuar reajustando os preços dos medicamentos acima da inflação. O representante da entidade, José Eduardo Bandeira de Mello, admite que os preços estão nove pontos percentuais do nível considerado ideal, mecanismo preventivo para resguardar o setor de possíveis prejuízos durante a adoção da Unidade Real de Valor (URV), prevista no plano de estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso. "Outros setores estão tendo o mesmo procedimento", defende-se.

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 27 de janeiro de 1994

Remédios

ITAMAR QUER TABELAR PREÇO DAS INDÚSTRIAS

Sônia Mossri
Liliana Lavoratti

Da Sucursal de Brasília

O presidente Itamar Franco está disposto a adotar o controle de preços para deter os aumentos no setor farmacêutico. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, prefere

o monitoramento os laboratórios teriam de submeter ao governo as planilhas de custo, com o pleito de reajuste. Já o controle seria um tabelamento.

Itamar pediu o controle durante reunião, terça-feira, com FHC e o ministro da Saúde, Henrique Santillo. Há dois dias o comando das negociações com setor foi transferido da Saúde para a Fazenda, que convocará um encontro com a indústria nos próximos dias.

A Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma), segundo seu presidente José Eduardo Bandeira de Mello, não tomará nenhuma providência até que haja uma posição oficial sobre o assunto. Segundo a **Folha** apurou; FHC considera que a intervenção teria um efeito pedagógico sobre os demais segmentos.

A redução das alíquotas de importação de sais básicos para fabricação de remédios também está sendo estudada como alternativa para baratear os preços.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PP — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, está anunciada, para breves dias, a venda do Lloyd Brasileiro.

Em notável artigo publicado ontem, no **Jornal do Brasil**, o eminente brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, na juventude dos seus 97 anos, recorda o que foi a luta pelo estabelecimento da navegação de cabotagem em nosso País.

Eximir-me-ei de ler todo este artigo, que figurará nos Anais da Casa, mas quero recordar aqui alguns trechos que traduzem o nosso pesar — de nós, brasileiros, que tantas vezes usamos os navios do Lloyd Brasileiro na nossa juventude — ao vermos dissipar-se a possibilidade de continuar naqueles companheiros da mocidade e que hoje se dispersaram por todo o mundo.

Recorda Barbosa Lima Sobrinho que tudo nasceu com a Constituição de 1891:

"Por iniciativa de um movimento da própria Assembléia Constituinte, na discussão e aprovação de emenda apresentada por um oficial do Exército, que era deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, João Batista da Mota. A Constituinte de 1890 tinha sentimentos nacionalistas, com o apoio dos 43 oficiais do Exército e da Marinha que estavam presentes entre os constituintes eleitos pelo povo brasileiro.

O certo é que a medida que determinava que a navegação de cabotagem "devia ser feita por navios nacionais" transitou num ambiente de entusiasmo, conquistando assinaturas que iam de Floriano Peixoto a Nilo Peçanha e a Epitácio Pessoa, que viriam a ocupar, tempos depois, a Presidência da República.

Foi também num ambiente de entusiasmo que surgiu o Lloyd Brasileiro, num movimento que teve a liderança de um oficial da Marinha de Guerra, coberto com os louros da passagem de Humaitá, que se considerava intransponível. Ainda não se apagara da memória dos brasileiros esse feito extraordinário da Marinha de Guerra brasileira. Os paraguaios se aproveitariam da estreiteza do rio para fortalecê-lo com duas correntes de ferro, e a presença de baterias, que concentravam o fogo de cerca de 300 canhões de diferentes calibres, colocados nas ribanceiras. Jaceguai era o comandante do encouraçado Barroso, que foi o primeiro a assegurar

a travessia da esquadra brasileira. Como foi ele que se pôs à frente da campanha para a criação do Lloyd Brasileiro, uma estatal que se mobilizara para tornar efetivo o disposto na Constituição republicana de assegurar que a navegação de cabotagem "seria feita por navios nacionais". O que não deixava de ser, também, manifestação de bravura, como a que ele havia demonstrado na passagem de Humaitá.

Faltou compreensão e patriotismo. O Lloyd Brasileiro poderia até desempenhar outras funções, como a de atender a linhas deficitárias, que não chegam a estimular empresas privadas, voltadas ao objetivo único do lucro. Ou também se poderia fazer do Lloyd, com a bandeira do Brasil, um defensor para enfrentar e romper o canhoneiro de 300 bocas de fogo, interessadas na compra do seu acervo por preços de liquidação.

Como se vê, os tempos mudaram. Tudo isso passa a uma faixa de esquecimento. Como façanhas de um outro Brasil. Que resta ao passado, senão o sepultamento?"

Antes que esse sepultamento se concretize, Sr. Presidente, quero deixar aqui o pesar de quantos acompanham, acompanharam e vêem dissipar a luta pela navegação de cabotagem com navios nacionais.

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Exª a palavra, na forma regimental.

OSR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante a sessão de hoje, o nobre Senador Lourival Baptista analisou o quadro inflacionário com que se defronta o País, fazendo um estudo circunstanciado sobre os itens que mais têm contribuído para agravar a inflação, alcançando, impiedosamente, as classes assalariadas, especialmente as de baixa renda.

Disponho-me agora, Sr. Presidente, a trazer uma notícia auspiciosa, que, de certa forma, se contrapõe ao natural pessimismo que domina ponderáveis segmentos da sociedade brasileira, à espera de que melhores dias favoreçam a Nação e sua gente.

Refiro-me, Srs. Senadores, ao excelente desempenho de um estabelecimento de crédito oficial, o Banco do Nordeste do Brasil, que vem de anunciar, na última sexta-feira, os resultados de seu balanço anual referente ao exercício de 1993. Dirigido com apuro, competência e equilíbrio pelo Dr. João Alves de Melo, veterano servidor da instituição.

O BNB impôs-se à admiração dos círculos financeiros do País pela qualificação dos seus quadros e pelos nobres objetivos que inspiraram a sua atuação em 41 anos de profícua ação como banco de fomento e de natureza comercial, dentro da genial concepção de Rômulo de Almeida, o seu primeiro e inesquecível Presidente.

Eu diria a V. Exª, Sr. Presidente Chagas Rodrigues, que na última sexta-feira os círculos empresariais do Ceará expressaram o seu regozijo pelos resultados do BNB anunciados durante a assembléia do banco, com a presença dos presidentes das entidades de classe, todos pressurosos para conhecer aqueles números formalmente divulgados pelo Presidente João Alves de Melo e pelos seus companheiros de Diretoria, sob os aplausos de servidores e de representantes de várias entidades de classe.

Todos, depois de um longo tempo de espera, constataram que o banco, gradualmente, alcançando, de modo positivo, o mercado financeiro, fê-lo valorizando o seu trabalho, beneficiando o semi-árido com a aplicação de 53% do Fundo Constitucional da região, enfim, algo que de maneira concreta significou uma ação vigilante do BNB em favor da aceleração do desenvolvimento regional.

A própria imprensa do Ceará, no dia seguinte, ou seja, no último sábado, quando também estava eu em Fortaleza, registrou de forma destacada aquele resultado não apenas através de notícias na página de economia, mas também em bem lançados editoriais como no jornal *O Povo*, intitulado "Show de Competência", vazado nos seguintes termos:

"Os nordestinos raramente têm sido brindados com boas notícias, nos últimos tempos, em face do agravamento da problemática regional. Ontem, no entanto, foi um desses dias privilegiados, a partir do anúncio feito pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, João Alves de Melo, sobre os magníficos resultados obtidos pela instituição durante o ano de 1993.

A satisfação dos nordestinos merece registro, porque o BNB é a viga-mestra do desenvolvimento da região e, neste momento, há forças poderosas que o olham de viés, principalmente depois que a instituição passou a gerir o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, fruto de seu empenho durante a Constituinte de 1987. Mas os números são demolidores, derrubando por terra qualquer má vontade para com a instituição: um lucro real de 250 por cento em relação ao exercício de 1992, o que corresponde a um lucro líquido de 3 bilhões e 795 milhões de cruzeiros reais. O saldo de aplicação no período — das quais 91 por cento foram destinados a operações próprias de banco de desenvolvimento — alcançou um incremento de 12,3 por cento.

O mais importante foi o fato de que esse acréscimo ocorreu paralelo com a destinação de 53,1% dos recursos do FNE para o semi-árido, privilegiando os micro e pequenos produtores, que não têm acesso ao crédito dos bancos privados. Na verdade, o que chama a atenção é o dado de que todos os recursos do FNE, do orçamento de 1993, foram aplicados (401 milhões de dólares). Havia quem dissesse que o Nordeste não conseguiria absorver o montante do FNE por falta capacidade de investimento ao semi-árido, ao setor agropecuário, ao segmento de pequenos produtores rurais e às empresas industriais da região. Mas os créditos contratados pelo banco para a área semi-árida ultrapassaram os miniprodutores rurais e as micro e pequenas empresas abiscoitaram mais da metade dos recursos do FNE.

Em que pese a seca, mais de 71 por cento dos recursos foram alocados pelo setor rural e a agroindústria. O que não acontecerá este ano, quando o FNE será contemplado com um incremento de 25 por cento de seus recursos, chegando a 500 milhões de dólares!

A importância social do FNE pode ser medida por alguns dados: desde sua criação já foram gerados 720 mil empregos diretos e indiretos na região. Mais importante ainda pelo fato de atacar os problemas mais dramáticos do Nordeste: o êxodo rural. Com a fixação do homem no campo, o "inchamento" das grandes

idades passa a ser desacelerado, produzindo não só uma maior distensão social, mas também uma grande economia aos cofres públicos. Basta saber que enquanto são necessários 123 dólares para a criação de um emprego no campo, esse número pula para 320 dólares na área urbana. Fixar o homem no campo significa uma economia de 197 dólares por trabalhador empregado. E a preocupação do BNB é incorporar ao sistema produtivo largos segmentos da população hoje afastados. Graças aos seus esforços, 50% dos municípios nordestinos contam hoje com comitês envolvidos em programas de geração de renda e emprego.

O alcance dessa **performance extraordinária**, que se traduz também num crescimento de 15,6% no ativo total e de 10,76% no patrimônio líquido, em relação a 1992, deveu-se, por um lado, ao incremento do volume de negócios, no qual a área comercial teve um importante desenvolvimento através da captação de recursos externos para capital de giro (lançamento de eurobônus, no montante de 175 milhões de dólares), como também à recuperação de créditos, como o da Itaipu binacional e as operações com estados e municípios, que tinham sido desativadas. Mas deve ser debitada também a medidas administrativas importantes, que vão desde a redução de 10% nas despesas com remuneração de pessoal, como a própria redução dos quadros sem perda da capacidade operacional e da qualidade.

Enfim, o BNB dá um exemplo de competência administrativa e de compreensão do real papel de um banco de desenvolvimento, transformando-se num instrumento indispensável para a resolução de problemas fundamentais da região e do Brasil."

Sr. Presidente, esse foi o editorial do jornal **O Povo**, editado em Fortaleza, que reconheceu, de forma clara e meridiana, o esforço desenvolvido pela atual direção do Banco do Nordeste, e que tem à frente um servidor daquela própria entidade bancária, o Dr. João Alves de Melo, a quem, naturalmente, se credita — com extensão à sua equipe — esse êxito inquestionável, que, alvissareiramente, sentimo-nos no dever de proclamar neste instante.

O Sr. Magno Bacelar Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço o nobre Líder, Magno Bacelar, com prazer.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Exª, hoje, faz, desta tribuna, uma homenagem muito justa. Nós, do Maranhão, também reconhecemos o desempenho do Banco do Nordeste ao longo da sua história, sobretudo na atual gestão. Aproveito o aparte para encarecer a V. Exª que transmita ao Presidente do Banco do Nordeste a nossa preocupação com relação ao endividamento agrícola de produtores, matéria que foi objeto de estudo de uma CPMI do Congresso, cujos resultados foram levados ao Presidente da República. A solicitação era no sentido de que os bancos concedessem maior prazo e atendessem às necessidades do produtor rural brasileiro, principalmente os pequenos. Posteriormente, o Senhor Presidente da República declarou que providências seriam tomadas no sentido de acatar as indicações daquela Comissão. No entanto, o Sr. Ministro da Fazenda alegou que não havia assumido esse compromisso. No Brasil, costuma-se dizer, nobre Líder, que serão liberados antos bilhões para a agricultura, quando, na realidade, ocorre apenas

a rolagem de débitos. O dinheiro, realmente, não chega ao campo. O Banco do Nordeste — e sou testemunha — tem tentado abrir uma série de pequenos programas para atender sobretudo o pequeno produtor, mas os governadores, ultimamente, têm segurado as verbas constitucionais, pedidos de vista, utilizando prestígio de seus Estados para entrar a política desenvolvimentista da atual Presidência do Banco do Nordeste. Feito esse registro, congratulo-me com V. Exª e com a presidência daquele banco que, dentro das suas limitações ou das dificuldades brasileiras, tem procurado atender àqueles que ao banco recorrem pelo desenvolvimento do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador e Líder Magno Bacelar, por oferecer também o seu testemunho à atuação criteriosa e proficiente levada a cabo pelo Banco do Nordeste, sobretudo a partir do instante em que passou a dirigi-lo um servidor daquela instituição, o Dr. João Alves de Melo. S. Sª tem sido extremamente devotado às suas tarefas de garantir ao banco aquele espaço como órgão de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de atividades comerciais, dentro de um estilo que se originou na concepção magnífica do saudoso economista Rômulo de Almeida, que foi o implantador do banco e seu primeiro presidente e que acompanhou sempre, **pari passu**, as atividades daquela prestigiosa casa de crédito.

Nobre Senador Magno Bacelar, esperamos que na próxima reunião da Sudene, no dia 8, os Governadores da região que solicitaram vistas do orçamento do FNE, para o ano de 1994, possam exatamente emitir a sua opinião a respeito e o façam, reconhecendo a legitimidade daqueles números e a expectativa estimulante de que, nesse exercício que agora se inicia, o banco possa continuar cumprindo, exemplarmente, as suas atividades e, sobretudo, desenvolvendo uma programação que tenha como meta o incremento à geração de emprego e renda naquela faixa do País.

Muito grato, nobre Líder Magno Bacelar. V. Exª pode ter a certeza, como os demais Senadores que lotam o plenário, na tarde de hoje, de que o Banco do Nordeste haverá de continuar trabalhando, infatigavelmente, para que, ao completar os seus 42 anos, no dia 19 de julho, deste ano, possa, efetivamente, consignar novos sucessos, novos êxitos sempre direcionados para a elevação do índice de vida do povo nordestino.

Portanto, quero, com esse registro e leitura que fiz do editorial do Jornal **O Povo**, de Fortaleza, expressar as minhas congratulações e acredito que posso fazê-lo em nome da Casa, ao presidente, aos diretores e, sobretudo, aos cinco mil e seiscentos funcionários do Banco do Nordeste que se dedicaram de corpo e alma a essa tarefa de fazer com que o BNB continue em perfeita sintonia com os anseios de desenvolvimento de uma das áreas mais carentes do País.

REQUERIMENTO Nº 52, DE 1994

Nos termos do art. 55, III, da Constituição e para os fins do disposto no § 1º do art. 13 do Regimento Interno, requeiro seja considerado como licença autorizada o período de 27 a 29 de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 1994. Senador **Cid Saboia de Carvalho**.

REQUERIMENTO 53, DE 1994

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno, sejam considerados como licença autorizada os dias 3

a 10 e 13 a 31 de janeiro do corrente ano, quando estive ausente dos trabalhos da Casa.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 1994. — Senador **Onofre Quinan**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação dos requerimentos fica adiada por falta de **quorum**.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Amir Lando _ Antônio Mariz _ Dário Pereira _ Esperidião Amin _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Hugo Napoleão _ Hydekel Freitas _ Jarbas Passarinho _ Jonas Pinheiro _ José Fogaça _ Nelson Carneiro _ Rachid Saldanha Derzi _ Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência retira da pauta da presente sessão as matérias constantes dos itens 1 a 4, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

São os seguintes os itens retirados:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos

do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania.)

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos

do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1993 (nº 1.733/91, na Casa de origem), que fixa a jornada de trabalho dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos

do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria

cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.)

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos

do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário Covas, que dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 162, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 513, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ibaiti (PR) a contratar operação de crédito no valor total de dezesseis milhões e seiscentos mil cruzeiros reais, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO.

A matéria ficou sobre a mesa durante três dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 8º da Resolução nº 110/93.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, nos termos do art. 375, VII, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 163, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 514, de 1993), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Aurora (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., no valor de Cr\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de cruzeiros reais) a preços de agosto/93, para realização de obras de infra-estrutura urbana, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

A matéria ficou sobre a mesa durante três dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 8º da Resolução nº 110, de 1993.

À proposição não foram apresentadas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO (PTB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, subo

a esta insigne tribuna, pela primeira vez este ano, para prestar contas de minhas atividades no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, nos 14 meses em que comande a pasta, de outubro de 1992 até dezembro de 1993. Faço-o por considerar este um dever de ofício: afinal de contas, quando atendi ao honroso convite do Presidente da República, Doutor Itamar Franco, recebi o encargo como parte de meus deveres de homem público, representante de meu Estado natal do Paraná nesta Casa de Leis e militante do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, cuja bancada, à época, liderava.

Logo ao assumir a pasta, a primeira advertência que fiz foi a de que seria coerente com todos os pronunciamentos feitos desta tribuna em 1991 e 1992. Para ser coerente, eu não poderia tentar elaborar sozinho, ou mesmo com a competente assessoria dos técnicos do Ministério, uma política industrial para, depois, empurrá-la goela abaixo da sociedade. Muito pelo contrário. Eu teria de encontrar um meio de introduzir a sociedade brasileira no processo de discussão e de decisão sobre a política industrial mais adequada, de forma a tentar ocupar parte da capacidade ociosa de nosso parque industrial, com o objetivo final de criar empregos para o trabalhador brasileiro. Pois, durante os 14 meses no Ministério, minha obsessão sempre foi o emprego.

No próprio Ministério, encontrei o foro adequado para a discussão democrática e a tomada de decisões sobre a política industrial a ser adotada no Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Foi possível elaborar tal política ouvindo não apenas os industriais, mas, também, os trabalhadores, fornecedores e consumidores, além das próprias autoridades, federais ou estaduais. Refiro-me às Câmaras Setoriais, cujo sucesso pode ser medido pelos resultados do acordo feito no setor automotivo. Tal acordo permitiu uma arrancada inédita na história automobilística brasileira. Neste ano de 1993, todos os recordes de produção e venda foram quebrados, os trabalhadores não foram demitidos, houve aumento de ocupação de mão-de-obra e os salários ganharam da inflação.

A indústria automobilística brasileira produziu e vendeu, em 1993, 1 milhão e 380 mil veículos, o que significa, em primeiro lugar, um recorde, como já disse antes, mas também quer dizer que nossas montadoras atingiram uma escala comparável à dos "novos tigres asiáticos", cujas médias anuais serão atingidas este ano, quando, mantido o acordo celebrado no começo do ano passado, chegaremos a 1 milhão e 500 mil automóveis.

O êxito desse acordo celebrado na indústria automotiva, que batizei de "Pacto de Brasília", contudo, não foi isolado. A indústria naval, no Rio de Janeiro, estava praticamente falida e conheceu um crescimento de 10%, no ano passado. Graças à Câmara Setorial da Indústria dos Brinquedos, prevê-se a elevação do nível de produção interna do setor em cerca de 45% até o ano que vem. Outro setor industrial, o dos cosméticos, empregou mais 5,4% de mão-de-obra este ano, graças ao acordo feito em sua Câmara. E em todos esses casos, convém lembrar, o Estado brasileiro não foi levado a nenhuma renúncia fiscal, mas, ao contrário, por causa da redução das alíquotas, saiu ganhando com o aumento da arrecadação geral dos impostos.

Evidentemente, as Câmaras Setoriais não podem realizar, sozinhas, o trabalho necessário de consolidação de uma política industrial, mas elas significaram o primeiro passo no rumo certo. Convocamos 200 empresários de todo o País e dos segmentos mais importantes da produção. Eles compõem o Conselho Consultivo Empresarial para a Competitividade, o CONCEC, que é uma espécie de grande câmara estrutural,

outro ambiente no qual é possível governo e sociedade encontrarem o caminho adequado para a retomada do desenvolvimento econômico.

O trabalho do Concec é complementado pelo Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade — CT-COM. Como o primeiro, ele é o mais amplo e plural possível. Reúne as quatro grandes centrais sindicais, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e o Dieese. O trabalho do Concec e do CTCOM ainda não deu frutos, mas, não tenho dúvida alguma, logo produzirá efeitos.

Afinal, a retomada do desenvolvimento, a meu ver, não é um fim, mas um meio. O que pretendo com o estímulo ao crescimento econômico é garantir a geração de empregos para o trabalhador brasileiro e, também, o pagamento de salários decentes, pois o que dá dignidade ao trabalhador não são as esmolas e panacéias sociais, mas dinheiro no bolso. Durante os 14 meses passados no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, tentei, obsessivamente, fazer da pasta o Ministério do Emprego. Pois, em minha opinião, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a maior praga deste fim de século é o desemprego. No Brasil ou em qualquer país do mundo.

Na busca de tal objetivo, o ano que passou foi de trabalho muito duro. Os recursos disponíveis no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo se limitavam, praticamente, à saliva. E foi gastando saliva que a equipe reunida por mim conseguiu fazer alguns gols memoráveis, como o acordo da Câmara Setorial dos Tratores, ainda no âmbito industrial.

Parte considerável da capacidade ociosa do parque industrial foi, finalmente, ocupada, como comprovam os resultados globais da economia, não apenas no campo da produção da indústria e na venda do comércio, mas também na área externa.

Quando assumi a pasta, fiz questão de destacar como prioridade absoluta a questão da produtividade e da qualidade dos produtos brasileiros, com destaque especial para o problema do desperdício, pois cálculos feitos pelo Instituto de Engenharia de São Paulo dão conta de um desperdício total de 51 bilhões de dólares na economia brasileira, ou seja, o equivalente a 15% de nosso Produto Interno Bruto.

Graças à ajuda do Instituto Nacional de Metrologia e Normatização (INMETRO), um órgão do Ministério, foi possível entregar o difícil passaporte para o novo mundo da terceira revolução Industrial, do Novo Paradigma, a 108 empresas brasileira. Esse passaporte, o certificado ISO 9000, é privilégio para apenas 60 empresas no "novo tigre asiático" da Coreia do Sul, 120 em Hong Kong e 250 na Espanha. Cito esses números para este nobre plenário ter uma idéia da dificuldade para conseguir um título de sócio neste clube fechado da qualidade e da produtividade no comércio internacional.

Dentro do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, o PBQP, que recebeu todo o meu incentivo, foi possível distribuir, por dois anos consecutivos, o Prêmio Nacional de Qualidade, vencido, em 1992, pela IBM de Sumaré e, em 1993, pelas unidades produtivas e comerciais da Xerox. Foi, também, em minha gestão que se criou o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, em parceria com o Sebrae e com o apoio do Japan Productivity Center — JPC.

Graças à melhoria de qualidade do produto brasileiro e da competitividade da empresa brasileira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi possível obter um grande sucesso no comércio exterior. Esse sucesso também pode ser medido em números.

Não me canso de falar no êxito obtido no comércio exterior. No ano passado, nossas exportações chegaram a 38 bi-

lhões e 800 milhões de dólares o que significa um aumento muito significativo, de 8,4%, em relação ao ano anterior, que foi de 35 bilhões e 800 milhões de dólares.

Como as exportações brasileiras aumentaram em 3 bilhões de dólares e cada bilhão de dólares de produtos exportados gera uma média de 80 mil empregos numa economia das características da nossa, posso me orgulhar de ter contribuído, apenas com o prato exportador da balança do comércio exterior, com mais 240 mil postos de trabalho. Mas essa balança tem dois pratos. E as importações, atingindo 25 bilhões de dólares, também bateram um recorde histórico, aumentando 25%, em relação ao volume importado em 1992.

Com isso, neste ano foi possível atingir uma corrente de comércio de quase 64 bilhões de dólares, cerca de 13% acima do total registrado em 1992, que foi de 56 bilhões e 400 milhões de dólares. Esse índice é bastante superior ao crescimento médio registrado em todo o comércio internacional, que foi de 4%.

Foi possível, também, arquivar aquela idéia isolacionista de perseguir apenas superávits comerciais. Continuamos conseguindo bons superávits e, este ano, tivemos um saldo respeitável dos 13 bilhões e 800 milhões de dólares. Graças à repetição de tais saldos, temos hoje 26 bilhões de dólares em divisas nos bancos internacionais. Mas não se pode mais exportar sem importar e o aumento das importações serve para mostrar que o Brasil, com todas as dificuldades, está aprendendo esta lição.

Todos os números que apresentei aqui, os de exportação e importação e, também, o da corrente total, contando com a paciência e o beneplácito do Senhor Presidente e dos Senhores Senadores, são recordes históricos e representam um desempenho excepcional do comércio exterior brasileiro em 1993.

Uma análise imparcial do comércio exterior, contemplando o panorama, não apenas do Brasil, mas também de nossos parceiros e competidores, fornecedores e compradores, nos leva à conclusão de que inevitáveis são o fim das barreiras alfandegárias entre países e a constituição de comunidades econômicas, como a Europa e o Nafta.

Tais realidades do Novo Paradigma resultam do próprio avanço da tecnologia das telecomunicações e dos meios de transportes. São, portanto, indícios inequívocos da modernidade, dos quais ninguém poderá escapar. No entanto, a proliferação de tais comunidades no Hemisfério Norte e sua inexistência entre mercados menos aquinhoados podem produzir, por outro lado, um isolamento muito perigoso.

Esta idéia me estimulou a ir a Moscou, propor o rompimento do isolamento de Brasil e Rússia dos blocos econômicos comunitários. Este rompimento deve acontecer pelo incremento do fluxo comercial entre nosso País e a comunidade de Repúblicas sob a liderança russa, que pode atingir o volume de 2 bilhões de dólares, nos próximos dois ou três anos.

Em 1994, espero que a continuação do trabalho aumente ainda mais o fluxo comercial do Brasil com o exterior, até porque esse fluxo gera empregos. O projeto Marca Brasil, feito em parceria com os 25 mais bem-sucedidos exportadores do País, e com a ajuda de brasileiros famosos no mundo inteiro, Pelé, Tom Jobim, Emerson Fittipaldi e Xuxa, será de grande valia, servindo de alavanca para abrir mais espaço para os produtos brasileiros na guerra de prateleiras que se trava lá fora, neste mundo da Terceira Revolução Industrial.

Este projeto fala, muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, do resultado de que mais me orgulho nos 14 meses de gestão de um Ministério sem recursos. Graças ao esforço que

fizemos nessa gestão, foi possível estabelecer uma parceria bastante produtiva entre a autoridade e a iniciativa privada, tendo sempre presente a voz e o voto do trabalhador e sem esquecer os interesses do consumidor, permanentemente lembrados.

Nesta prestação de contas da obra de minha gestão no Ministério, e na condição de representante desta Casa, não poderia deixar de falar, também, nos bons resultados alcançados na política cafeeira. Quando assumi a responsabilidade sobre a cafeicultura nacional, o café era vendido a uma média de 36 dólares a saca e hoje a saca é vendida em torno de 84 dólares, no mercado internacional. Esse aumento foi conseguido graças à criação, proposta pelo Brasil e aceita por mais 34 aliados, da Associação dos Países Produtores de Café, a APPC, que tenho a honra de presidir, e à retenção de 20% dos volumes de café exportado por seus países-membros.

Em minha gestão, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o INPI, procurou prover a Câmara dos Deputados e, depois, este Senado Federal das informações técnicas disponíveis para que o Brasil pudesse dispor de uma legislação sobre direito autoral, no campo tecnológico, à altura dos países do primeiro mundo. Meus nobres pares, o Sr. Presidente e os Srs. Senadores poderão avaliar, muito melhor do que eu mesmo faria, a qualidade do trabalho de assessoria prestado pelos técnicos do INPI.

Para encerrar esta breve exposição, informo que, depois de quatro anos de crise, o setor de viagens e turismo fechou o ano com o aumento significativo de 15% de turistas estrangeiros a mais em nosso País. Em 1993, o Brasil recebeu 1 milhão e 600 mil visitantes do exterior. Esse número pode ser considerado reduzido, diante das potencialidades enormes do País. De qualquer maneira, já foi conseguido um avanço notável.

Quando assumi a pasta, transmiti aos técnicos em turismo do Ministério a orientação de que nosso papel é o de servir à sociedade. Portanto, considero um passo importante o fortalecimento da Câmara Setorial do setor. Em suas reuniões, mais de 100 empresários participaram de seis grupos de trabalho e levantaram entraves e anseios da indústria de viagens e turismo. Tal levantamento serviu de base para a política adotada pelo Ministério. Ao deixar o comando da pasta, entreguei ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República um estudo propondo a substituição do Instituto Brasileiro de Turismo, mais conhecido como Embratur, por um órgão privado, cuja atuação terá como modelo a seguir o exemplo do Sebrae. Talvez seja inútil lembrar ser público e notório o êxito do Sebrae, no âmbito da pequena e da média empresas.

Gostaria, ainda, de deixar claro que, nas condições precárias em que atuou, a equipe do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo fez verdadeiros milagres, dando uma contribuição indiscutível para o crescimento do PIB este ano, calculado em torno de 4,5%. Este milagre da saliva produtiva só foi possível graças à colaboração firme, solidária e competente dos funcionários, dos quais vou sempre me lembrar com gratidão.

Durante os 14 meses que passei no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive excelente convívio com quatro diferentes Ministros da Fazenda. O primeiro deles foi o Deputado Gustavo Krause, do PFL de Pernambuco. Depois, o Professor Paulo Haddad. O Doutor Eliseu Resende, o terceiro. E, também, tive o prazer de participar do mesmo governo com nosso companheiro Fernando Henrique Cardoso, Senador da República como nós e representante do PSDB de São Paulo.

Muita gente se pergunta como foi possível alcançar um crescimento econômico de 4,5% depois de anos de recessão, com mudanças sucessivas de comando no mais importante de todos os Ministérios da área econômica. Devo lhes garantir que fiz um enorme esforço, sempre em sintonia com a vontade política do Presidente Itamar Franco, para garantir o fim da recessão e a retomada do crescimento. O atual plano de estabilização não guarda mais essa coerência, é preciso reconhecer, mas não me cabe discutir isso.

Um exemplo claro de meu comportamento no período foi a questão dos juros bancários. Como empresário, sempre me bati contra as taxas altas de juros. Como membro do primeiro escalão do governo, procurei ser coerente com tal posição, contando sempre com a ajuda do Presidente da República.

Mas não me limitei apenas à discussão interna nas reuniões de Ministro. Quando o Professor Paulo Haddad era Ministro da Fazenda, participei, pessoalmente, de uma reunião com banqueiros e de tal reunião foi possível obter um entendimento que baixou a taxa média de juros praticada no mercado financeiro. Tal entendimento foi mantido na gestão do Ministro Eliseu Resende, que presidiu nova reunião, mais uma vez contando com minha presença. Mas a atual equipe econômica, por discordar dessa posição, voltou a adotar uma postura de juros altos, rompendo o entendimento e tornando inviável a manutenção da política à qual acabo de me referir.

De minha parte, Sr. Presidente, Srs. Senadores, continuo acreditando que somente o desenvolvimento econômico dá resposta e solução para os problemas e as graves angústias sociais que se abatem sobre o Brasil. Tenho a pretensão de ter trabalhado neste rumo durante os 14 meses nos quais comande o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, provando que com suor, experiência e a ajuda de uma equipe competente, é possível fazer o Brasil crescer, mesmo com todos os problemas estruturais que nos afligem e com a fragilidade do apoio político de que o governo comandado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Itamar Franco, dispõe.

Espero, assim, ter estado à altura da confiança que foi depositada em meu trabalho e das tradições de nobreza e competência desta Casa, onde estou para servir. Pois não vim para a vida pública a passeio, mas a serviço e espero ter demonstrado isso no curto período em que fui Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PP — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Senadores, no momento em que a Revisão Constitucional começa a absorver maior atenção da opinião pública, vários temas polêmicos e importantes começam a ser discutidos e analisados pelas diversas correntes que representam o conjunto da sociedade brasileira, aqui no Congresso Nacional.

Tenho pautado minha atuação nesta Casa como defensor irredutível do desenvolvimento da Amazônia, em especial do Estado de Roraima, através da exploração do grande potencial mineral e vegetal ali existente.

Por várias vezes, aqui desta tribuna defendi posições que para alguns, principalmente para aqueles que não conhecem a realidade amazônica, pareciam exacerbadas e fora de propósito.

Sempre mantive nesta Casa uma posição contrária à política do Governo Federal para a Amazônia, que através de

órgãos como a FUNAI e o IBAMA, desenvolvem ações naquela região que são frontalmente contra os interesses nacionais.

A Fundação Nacional do Índio, Sr. Presidente, tem ao longo de décadas, desenvolvido um programa de demarcação de áreas indígenas na Amazônia, utilizando-se inclusive do apoio de várias organizações não-governamentais, compostas, sobretudo, por estrangeiro que indicam à FUNAI que áreas devem ser demarcadas e até chegando ao ponto de financiar tais demarcações.

Não existe um critério lógico utilizado pela FUNAI nessas demarcações; recentemente a **Rede Globo de Televisão**, em reportagem desenvolvida no Estado de Roraima, trouxe ao conhecimento da maioria dos brasileiros a ação antipatriótica da FUNAI na questão da demarcação da reserva dos índios ianomâmis, que possuem 9,4 milhões de hectares de terras ricas em minerais, como ouro, cassiterita, urânio e outros.

Ações como essa, Sr. Presidente, não podem acontecer sem que o Congresso Nacional se manifeste.

Em 1992 fui autor de Proposta de Emenda Constitucional, cujo objetivo era transferir parte da responsabilidade por demarcação de áreas indígenas para o Congresso.

Ato tão importantes como estes não podem depender de decisão unilateral do Poder Executivo, que isoladamente sofre tipo de pressão de grupos nacionais e sobretudo de estrangeiros interessados nessa questão. Na minha opinião o Executivo e o Legislativo devem dividir esta responsabilidade e limitar poder demarcatório atualmente exercido pela FUNAI.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o interesse internacional sobre a Amazônia é cada dia mais evidente.

A atuação de grupos internacionais na região é altamente suspeita.

"Entidades" como a MEVA: Missão Executiva Evangélica da Amazônia; CCPI: Comissão de Criação do Parque Ianomâmi; Médicos do Mundo; Médicos Sem Fronteiras e outras, atam livremente e sem qualquer controle das autoridades brasileiras dentro das comunidades indígenas.

Todas essas entidades escondem nos seus objetivos, claros interesses em transformar a Amazônia num território internacional para ser desfrutado em futuro próximo por civilizações, sobretudo, européias.

Sr. Presidente, preocupado com as ações dessas pessoas em nosso País, apresentei em breve espaço de tempo projeto de lei proibindo a atuação de grupos, entidades e missões religiosas estrangeiras junto às comunidades indígenas do Brasil.

Recentemente aplaudi a iniciativa do Presidente Itamar Franco em criar o Ministério da Amazônia. Criado no calor das discussões acerca de um suposto genocídio de índios ianomâmis, praticado por garimpeiros e que comprovadamente não ocorreu, no entanto, o Ministro Rubens Ricúpero ainda não disse a que veio.

Vejo que o Ministério da Amazônia é tímido em suas ações e para mim não tem correspondido com a expectativa inicial da sua criação.

Continuarei, Sr. Presidente, desta tribuna a defender o desenvolvimento da Amazônia. Não podemos continuar com o nosso desenvolvimento travancado por questões que podem ser tranquilamente conciliáveis.

É importante reativar urgentemente o Projeto Calha Norte e intensificar a presença militar na região.

Manobras de adestramento da tropa, como a que fora realizada no ano passado pelas três forças em território roraimense, devem ser intensificadas e merecem o apoio de todos nós patriotas.

Por fim, Srs. Senadores, gostaria de manifestar a minha esperança e o desejo do povo de Roraima e de todos os que vivem na Amazônia, garantindo a soberania nacional naquela região, de que o Congresso Revisor faça as alterações necessárias no texto constitucional, adequando-o à realidade nacional em assuntos tão relevantes como a questão ambiental e a questão indígena.

Neste sentido desenvolverei minha atuação na revisão constitucional, buscando solucionar problemas como a demarcação fora de propósito da área ianomâmi e a exploração

dos recursos minerais do rico sub-solo do meu Estado de Roraima, que necessita explorar aquele potencial para atingir o seu desenvolvimento.

Tão grande riqueza, patrimônio do povo brasileiro, não pode repousar eternamente sob a bandeira de reservas indígenas que somente servem de fachada para assegurar o interesse internacional sobre a Amazônia brasileira.

E a o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de quarta-feira, às 9h, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira - AEB, e dá outras providências*. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1990

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo*

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão:

- de Constituição, Justiça e Cidadania.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1993 (nº 2.863/92, na Casa de origem), que *veda o pagamento de dividendos e de participações nos lucros, com base em saldo credor da conta de correção monetária, apurado por empresas controladas pelo Poder Público, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável, sob nº 517, de 1993, da Comissão
- de Assuntos Econômicos.

4**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966*, tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1993, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

5**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados),

que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 408, de 1993, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1993 (nº 177/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo a Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Hong Kong, em Hong Kong, em 6 de setembro de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 402, de 1993, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1993 (nº 194/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991, tendo

Parecer favorável, sob nº 403, de 1993, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1993 (nº 219/92, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Lei em Matéria de Cheques, concluída em Montevideu, em 8 de maio de 1979, durante a II Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, tendo*

Parecer favorável, sob nº 404, de 1993, da Comissão
- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional.**

9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1993 (nº 228/92, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores, celebrada em Montevideu, em 15 de julho de 1989, na Quarta Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-IV), tendo*

Parecer favorável, sob nº 405, de 1993, da Comissão
- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional.**

10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1993 (nº 227/92, na Câmara dos Deputados),

que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Regime Legal das Procuções para Serem Utilizadas no Exterior, concluída em 30 de janeiro de 1975, na cidade do Panamá, tendo
Parecer favorável, sob nº 406, de 1993, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1993 (nº 225/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 11 de agosto de 1992, tendo
Parecer favorável, sob nº 407, de 1993, da Comissão
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Pedro Simon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1 e 2, de Plenário.

13

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 159, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 159, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 510, de 1993), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Realeza (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, no valor de quatorze milhões e setecentos mil cruzeiros reais, a preços de setembro de 1993, para execução de projetos de infraestrutura urbana.*

14

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 160, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 160, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 511, de 1993), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Jesuítas (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, no valor de vinte e um milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais, a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.*

15**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 161, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 161, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 512, de 1993), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Mônica (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, no valor de dez milhões de cruzeiros reais, para execução de projetos projetos de infra-estrutura urbana, naquele município.*

16**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 162, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 162, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 513, de 1993), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Ibaiti (PR) a contratar operação de crédito no valor total de dezesseis milhões e seiscentos mil cruzeiros reais, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO.*

17**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 163, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 163, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 514, de 1993), que *autoriza a*

Prefeitura de Nova Aurora (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., no valor de vinte e nove milhões de cruzeiros reais a preços de agosto/93, para realização de obras de infra-estrutura urbana, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

18

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1994), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, no valor de treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais, destinados a obras de infra-estrutura urbana naquela Municipalidade.*

19

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 13, de 1994), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL, no valor total de oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos, a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES.*

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1993 (nº 1.733/91, na Casa de origem), que *fixa a jornada de trabalho dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que *cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências*. (Dependendo de Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos)

22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e o parágrafo 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado.* (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

23**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1993**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 97 e 106, de 1993)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1993, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, *que dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica, e dá outras providências.* (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

24**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1993**

**(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado
nºs 80 e 106, de 1993)**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução
nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1993, de autoria do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de fortificação dos alimentos básicos e dá outras providências*.(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

25**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 1993**

**(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado
nºs 80 e 97, de 1993)**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução
nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica*.(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário Covas, que *dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994*. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h32min)

ATO DO PRESIDENTE Nº 47, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 025.940/93-7, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora MARIA ANGÉLICA DE FREITAS, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os arts. 34, 2º, 37, e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 31 de janeiro de 1994. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA

Realizada em 25 de janeiro de 1994

Às doze horas e dez minutos do dia vinte e cinco de janeiro de um mil, novecentos e noventa e quatro, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores: Humberto Lucena, Presidente; Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente, Levy Dias, Segundo Vice-Presidente, Nabor Júnior, Segundo Secretário e Beni Veras, Suplente.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores: Júlio Campos, Primeiro Secretário, Júnia Marise, Terceira Secretária e Nelson Wedekin, Quarto Secretário.

Ao abrir a reunião, o Excelentíssimo Senhor Presidente informa aos presentes ter recebido, na véspera, o Relatório

Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investigou denúncias de irregularidades no Orçamento da União. O documento, na parte relativa ao Senado Federal, conclui pela cassação do mandato do Excelentíssimo Senhor Senador Ronaldo Aragão e pela continuidade de exame de denúncias contra o Excelentíssimo Senhor Senador Dario Pereira.

Após debates, os presentes aprovam as providências sugeridas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, a saber:

a) designação de Relator para emitir parecer quanto ao Excelentíssimo Senhor Senador Ronaldo Aragão; o parecer será apresentado na próxima reunião da Comissão Diretora, para encaminhamento de representação à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

b) no que tange ao Excelentíssimo Senhor Senador Dario Pereira, o Excelentíssimo Senhor Presidente anuncia ter deliberado oficial à Presidente do Tribunal de Contas da União, solicitando as conclusões de auditoria a respeito.

Informa, ainda, o Excelentíssimo Senhor Presidente que, paralelamente a tais providências, vai determinar, nas próximas horas, a eleição, pelo Plenário do Senado Federal, do Corregedor e dos três Corregedores Substitutos, previstos em Resolução, com o fim de instrumentalizar a Casa, tendo em vista as apurações no tocante ao caso.

Em continuidade, o Excelentíssimo Senhor Presidente submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Requerimento nº 3, de 1994, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Humberto Lucena solicita a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "A Guerra da Fome", de José Neumann, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 8 de janeiro de 1994.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

b) Requerimento nº 9, de 1994, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Júlio Campos solicita ao Senhor Ministro da Fazenda o encaminhamento da relação de pagamentos a serem feitos pela Polônia ao Governo brasileiro nos próximos dez anos.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

c) Requerimento nº 15, de 1994, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Jutahy Magalhães solicita ao Senhor Ministro das Relações Exteriores informações atinentes à matéria publicada pela *Gazeta Mercantil*, em 27 de dezembro de 1993, sob o título "Itamaraty reedita revista para promover comércio", assinada por Maria Helena Tachimardi.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

d) Requerimento nº 20, de 1994, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Esperidião Amin solicita a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Foi Deus quem ajudou o PT", publicado no *Jornal da Tarde*, no dia 17 de janeiro de 1994.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

e) Requerimento nº 22, de 1994, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Beni Veras solicita ao Senhor Ministro da Educação e do Desporto informações relativas ao total de gastos realizados por aquela Pasta com educação primária, secundária e universitária, por cada uma das regiões do País e estados da Federação nos últimos cinco anos, inclusive o ano de 1993.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

f) Requerimento nº 23, de 1994, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Marco Maciel solicita a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Clonagem e bioética", de autoria de Dom Lucas Moreira Neves, publicado no *Jornal do Brasil*, em 19 de janeiro de 1994.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

g) Autorização **ad referendum** do Senhor Presidente quanto à solicitação do Excelentíssimo Senhor Senador Antonio Mariz para se submeter a exames médicos em clínica especializada nos Estados Unidos da América, para verificar a conveniência ou não de intervenção cirúrgica.

Os presentes, após discussão, referendam a decisão do Senhor Presidente.

O Senhor Presidente passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Senador Segundo Vice-Presidente, que apresenta parecer favorável ao Processo nº 024719/93-5, por meio do qual a Senhora Vera Gomes Pinto, esposa e dependente do servidor desta Casa, Sebastião da Conceição Carvalho, solicita a prorrogação, pelo prazo de seis meses, da ajuda de custo que vem percebendo, além do abono de faltas do servidor Sebastião, com o intuito de que o mesmo esteja habilitado a requerer licença-prêmio, tendo em vista estar a requerente aguardando

um doador para que possa submeter-se a transplante de coração no Instituto do Coração — INCOR, (São Paulo/SP).

Os presentes, após debate, aprovam o parecer.

A seguir, a palavra é concedida ao Excelentíssimo Senhor Segundo Secretário, que, na ausência justificada do Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário, apresenta os seguintes assuntos:

a) Parecer (já assinado pelo Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário), sobre o Processo Administrativo nº 021820/93-7, que trata da apuração de responsabilidade do servidor José Antônio de Araújo, acusado de ter desviado verbas em proveito próprio e de familiares, no exercício de função pública. O parecer conclui pela demissão do referido servidor, "a bem do serviço público". O Excelentíssimo Senhor Presidente, após a aprovação do parecer, assina ato demitindo o servidor José Antônio de Araújo, "a bem do serviço público".

b) Parecer favorável ao Processo nº 000898/94-5, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Levy Dias solicita o ressarcimento de despesas telefônicas.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria.

O Excelentíssimo Senhor Segundo Secretário apresenta, ainda, os seguintes assuntos:

a) Processo nº 025407/93-7 (anexo ao Processo nº 017975/92-1), que trata de solicitação, em caráter excepcional, de prorrogação do prazo de conclusão do Contrato nº 18, de 1992, celebrado entre o Senado Federal e a Confederal — Vigilância e Transporte de Valores S/A.

Os presentes, após debate, aprovam a prorrogação do referido contrato até 28 de fevereiro de 1994.

b) Processo nº 000817/94-5 (anexo ao Processo nº 008382/92-1), que trata de solicitação, em caráter excepcional, de prorrogação do prazo de conclusão do Contrato nº 19, de 1992, celebrado entre o Senado Federal e a Elevadores Otis Ltda.

Os presentes, após debate, aprovam a prorrogação do referido contrato de 1º de janeiro de 1994 a 28 de fevereiro do corrente ano.

O Diretor-Geral submete ao Excelentíssimo Senhor Presidente o Processo nº 025200/93-3, em que o Advogado Clementino Humberto Contreiras de Almeida requer a reintegração e o enquadramento, como Secretário Parlamentar, da Senhora Maria de Lourdes Barbosa Behrendorf. Por se tratar de assunto da competência da Comissão Diretora, o Excelentíssimo Senhor Presidente designa o Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário para relatar o processo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às treze horas e vinte minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata, que depois de assinada pelo Senhor Presidente vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 25 de janeiro de 1994. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares		Suplentes	
PMDB			
João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Belio Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saidanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

MESA
 Presidente
 Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente
 Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente
 Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário
 Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário
 Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário
 Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário
 Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário
 Lavoisier Maia _ PDT _ RN
 Lucídio Portella _ PDS _ PI
 Beni Veras _ PSDB _ CE
 Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO
 Líder
 Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB
 Líder
 Mauro Benevides

Vice-Líderes
 Cid Sabóia de Carvalho
 Garibaldi Alves Filho
 José Fogaça Ronaldo
 Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB
 Líder
 Mário Covas

Vice-Líder
 Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL
 Líder
 Marco Maciel

Vice-Líderes
 Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB
 Líder
 José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB
 Líder
 Jonas Pinheiro

Vice-Líder
 Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT
 Líder
 Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN
 Líder
 Ney Maranhão

Vice-Líder
 Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP
 Líder
 Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR
 Líder
 Eptácio Cafeteira

Vice-Líderes
 Affonso Camargo
 Esperidião Amim
 Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT
 Líder

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	Suplentes
	PMDB
Amir Lando	RO-3111/12 César Dias
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59 Mansueto de Lavor
José Fogaça	RS-3077/78 Garibaldi A. Filho
Iram Saraiva	GO-3134/35 Gilberto Miranda
Nelson Carneiro	RJ-3209/10 Marcio Lacerda
Antônio Mariz	PB-4345/46 Aluizio Bezerra
Pedro Simon	RS-3230/31 Divaldo Suruagy
Wilson Martins	MS-3114/15 Alfredo Campos

	PFL
Josaphat Marinho	BA-3173/74 Hydekel Freitas
Francisco Rollemberg	SE-3032/33 Marco Maciel
Carlos Patrocínio	TO-4058/68 Henrique Almeida
Odacir Soares	RO-3218/19 Lourival Baptista
Elcio Alvares	ES-3131/32 João Rocha

	PSDB
Eva Blay	SP-3119/20 Almir Gabriel
Jutahy Magalhães	BA-3171/72 Teotônio Vilela Filho
Mário Covas	SP-3177/78 Vago

	PTB
Luiz Alberto	PR-4059/60 Affonso Camargo
Carlos De'Carli	AM-3079/80 Louremberg N. Rocha

	PDT
Magno Bacelar	MA-3073/74 Lavoisier Maia

	PRN
Aureo Mello	AM-3091/92 Ney Maranhão

	PDC
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74 Gerson Camata

	PDS
Esperidião Amin	SC-4206/07 Jarbas Passarinho

	PP
Pedro Teixeira	DF-3127/28 João França

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
	PMDB
Amir Lando	RO-3111/12 Aluizio Bezerra
Antônio Mariz	PB-4345/46 João Calmon
César Dias	RR-3064/65 Onofre Quinan
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60 Pedro Simon
Divaldo Suruagy	AL-3180/85 José Fogaça
Juvêncio Dias	MA-3050/4393 Ronan Tito
Ronaldo Aragão	RR-4052/53 Nelson Carneiro

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes
	PMDB
Ronan Tito	MG-3038/39/40 Mauro Benevides
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92 José Fogaça
Ruy Bacelar	BA-3161/62 Flaviano Melo
Ronaldo Aragão	RR-4052/53 Cid S. de Carvalho
César Dias	RO-3064/65/66 Juvêncio Dias
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84 Pedro Simon
Aluizio Bezerra	AC-3158/59 Divaldo Suruagy
Gilberto Miranda	AM-3104/05 João Calmon
Onofre Quinan	GO-3148/50 Wilson Martins

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB			
Affonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04

PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

PT/PSB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
 Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekél Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128

PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
 Ramais: 3496 e 3497
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Dario Pereira
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL			
Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB			
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Affonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07

PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516
 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.